

ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 10-6-2020.

---

Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.582/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e trinta e três minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Constatada a existência de quórum deliberativo, o Presidente declarou abertos os trabalhos e iniciada a ORDEM DO DIA. Ainda, durante a sessão, registraram presença Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Foi aprovado em votação simbólica requerimento verbal formulado por Reginaldo Pujol, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 077/20 (Processo nº 0185/20), por vinte e oito votos SIM e três votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Cláudio Janta, Adeli Sell, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Lourdes Sprenger, Karen Santos e João Bosco Vaz, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ricardo Gomes e Roberto Robaina e Não Cláudia Araújo, Ramiro Rosário e Valter Nagelstein. Em Votação Nominal, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/20 (Processo nº 0195/20), após ser encaminhado à votação por Mendes Ribeiro, Cassiá Carpes, Mauro Pinheiro, Adeli Sell, Mauro Zacher, Karen Santos, Roberto Robaina, Aldacir Oliboni, Valter Nagelstein, Felipe Camozzato, Prof. Alex Fraga, Alvoni Medina, Ricardo Gomes e Ramiro Rosário. Na oportunidade, foi apregoado requerimento de autoria de Ricardo Gomes, solicitando votação em destaque para as Emendas nos 20, 23 e 28 apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/20, requerimento esse posteriormente indeferido pelo Presidente. Também, foram apregoados os seguintes requerimentos, solicitando retirada de tramitação de emendas apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/20: de autoria de Ricardo Gomes, para a Emenda nº 22; de autoria de Alvoni Medina, para as Emendas nos 11, 14, 17, 19 e 21; de autoria de Engº Comassetto, para a Emenda nº 07. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e trinta e sete minutos às dezesseis horas e quarenta e dois minutos. Foi rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/20, por treze

votos SIM e vinte e três votos NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, José Freitas, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi rejeitada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/20, por dezesseis votos SIM e vinte votos NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Ricardo Gomes e Roberto Robaina e Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, José Freitas, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol e Valter Nagelstein. Foi rejeitada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/20, por quatorze votos SIM e vinte e dois votos NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi rejeitada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/20, por doze votos SIM e vinte e quatro votos NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, José Freitas, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Os trabalhos foram suspensos das dezessete horas e trinta e sete minutos às dezessete horas e quarenta e um minutos. Foi aprovada a Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/20, por trinta e quatro votos SIM e duas ABSTENÇÕES, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, João Carlos

Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein e optado pela Abstenção Idenir Cecchim e Mauro Zacher. Durante a apreciação da Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/20, Reginaldo Pujol afastou-se da presidência dos trabalhos, nos termos do artigo 22 do Regimento. Foi aprovada a Emenda nº 06 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/20, por vinte e quatro votos SIM e doze votos NÃO, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Engº Comassetto, Hamilton Sossmeier, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Paulo Brum e Ramiro Rosário. Foi rejeitada a Emenda nº 08 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/20, por onze votos SIM e vinte e três votos NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, José Freitas, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Às dezoito horas e vinte e três minutos, esgotado o prazo regimental da presente sessão, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada no dia quinze de junho do corrente. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol e Paulo Brum. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Boa tarde, solicito ao Dr. Luiz Afonso, nosso diretor legislativo, que proceda no sentido de verificar quantos vereadores estão conectados conosco, condição absolutamente necessária para que nós possamos oficialmente abrir os trabalhos da presente sessão.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Boa tarde, Presidente; boa tarde, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Passamos à verificação de presenças da 016ª Sessão Extraordinária de 20 de junho de 2020. Consulto ao Presidente se a abertura vai se dar diretamente na Ordem do Dia. (Pausa.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Se houver quórum, entraremos direto na Ordem do Dia.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Após a chamada nominal.) Dezenove vereadores presentes.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 14h33min:** Havendo quórum, passamos à

### **ORDEM DO DIA**

**VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT):** Sr. Presidente, quero saudar os vereadores e as vereadoras. Eu não sei se é Questão de Ordem ou não essa minha preocupação. Nós recebemos um pacote de projetos, e está se repetindo uma coisa desagradável: os vereadores que estão ligados ao Simpa estão passando nossos telefones privados para que qualquer um acesse os nossos telefones. Eu vou fazer de novo um pedido, que eles acessem nosso *e-mail* profissional da Câmara. Agora, os nossos colegas passando os nossos telefones privados, isso é uma pouca vergonha! Obrigado, Presidente.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Agradeço a manifestação de Vossa Excelência. É uma atitude que não recomendaria que fosse realizada. Não me cabe tomar nenhuma providência nesse sentido, a não ser recomendar pessoalmente que não se proceda dessa forma, que não é ético, nem consequente.

Temos uma Ordem do Dia que foi proposta, anunciada e transferida para todos Srs. Vereadores. Estamos sugerindo uma alteração nessa priorização: iniciariamos com o projeto previsto para tal, continuaríamos com o segundo projeto que está na ordem de priorização, mas inverteríamos o terceiro e o quarto projetos. Existe, com relação ao projeto que se encontra hoje em terceiro lugar na ordem proposta, que trata de um assunto de interesse direto do Previmpa, que envolve alguma polêmica, inclusive existe uma solicitação para realização de uma audiência pública para debater essa matéria sobre a qual, honestamente, nós não temos uma definição no presente momento, dado que teríamos que improvisar uma audiência pública virtual, na medida em que as presenciais estão impossibilitadas de serem realizadas. Aí, ganharíamos tempo porque, com toda honestidade, não acredito que nas nossas quatro horas que duram as reuniões conseguiremos vencer toda a pauta até chegar à votação do último projeto, sobre o qual existe essa proposta de solicitação de audiência pública, em relação à qual vamos ter que deliberar. Então eu proponho que a ordem de votação seja a proposta, e que todos conheçam, apenas com a inversão do projeto que está em terceira posição para quarta, e vice-versa, da quarta para terceira posição. Essa é a proposta. Todos receberam a comunicação, anteriormente solicitada pela nossa Diretoria Legislativa, que, antecipadamente, informou os colegas nesse sentido.

Esta presidência faz um requerimento, solicitando alteração da ordem de priorização de votação conforme segue: em primeiro lugar, o PLL nº 077/20; em segundo lugar, o PLCE nº 006/20; logo após, o PLE nº 009/20; na sequência, o PLCE nº 007/20. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Gostaria de registrar as presenças dos vereadores Aldacir Oliboni, Roberto Robaina, Karen Santos e Prof. Alex Fraga.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Sr. Presidente, eu concordo com essa inversão porque me parece que há mais do que um pedido de audiência pública. Eu saliento também que nós temos que discutir, sobre o Previmpa, a questão da posição do Conselho de Administração. Sobre o projeto relativo ao DMAE, e que agora entraria em terceiro lugar, eu fiz um requerimento solicitando uma posição do Conselho de Representantes do DMAE. Eu pergunto se a Mesa Diretora tem uma posição sobre o meu requerimento.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Oficialmente recebemos duas manifestações, uma do Conselho Deliberativo do Previmpa e outra do Simpa, a respeito do projeto do Previmpa; dos demais, até agora não recebemos nenhuma solicitação, Ver. Adeli Sell.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Eu fiz o um requerimento, no SEI, a Vossa Excelência, para que o Conselho de Representantes do DMAE fosse ouvido sobre o projeto do DMAE.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Perfeito. Vossa Excelência fez esse requerimento há mais tempo ou foi recente?

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Na segunda-feira, se não me engano.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Só um detalhe, vereador, por gentileza. O senhor protocolou um SEI autônomo? Porque estou vendo aqui o SEI do projeto, e só há uma emenda de sua autoria.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Eu fiz uma emenda, mas posso verificar o número do SEI e enviar para Vossa Excelência.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Perfeitamente, vereador.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Ver. Adeli, de uma forma muito pragmática, esse projeto será o terceiro a ser examinado. Convenhamos, eu não acredito que chegue até ele no dia de hoje.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Eu posso lhe informar que está na posse do Jorge Fraga, no seu gabinete; como não vamos entrar nele hoje, Vossa Excelência terá tempo suficiente de responder.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Correto, e será respondido. Não lhe garanto que será agora, porque no presente momento estou vinculado aos trabalhos que estão sendo realizados.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Agradeço a Vossa Excelência.

### **VOTAÇÃO NOMINAL**

**(encaminhamento: autor e bancadas/03 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0185/20– PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 077/20**, de autoria do Vereador Cláudio Janta, que institui monumento em homenagem aos Heróis no combate a Covid 19. (SEI 024.00035/2020-87)

#### **Parecer:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Adeli Sell: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

#### **Observações:**

- votação nominal conforme o art. 2º, VIII, *d*, da Resolução nº 2.582/20;
- incluído na Ordem do Dia em 10-06-20, conforme Resolução nº 2.582/20.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação o PLL nº 077/20. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Obrigado, Sr. Presidente; uma boa tarde a todos os colegas. Este projeto propõe uma homenagem da cidade de Porto Alegre não somente ao povo de nossa cidade, mas uma referência a todas as pessoas que, neste momento de pandemia que o mundo, a nossa cidade, o Estado e o País estão vivendo, abdicaram, muitas vezes, de se preocupar com seu bem-estar e da sua família, que não é somente a questão de usar máscara, passar o álcool em gel, tomar banho e se lavar, mas é um vírus que hoje ainda se tem dúvidas até se é transmitido por alimentos ou não. Então, a nossa proposta é fazer um projeto onde sejam homenageados os profissionais da saúde, como médicos e enfermeiros, o pessoal da área de segurança

pública, os brigadianos, os policiais civis, o pessoal do IML, o pessoal de transportes, os motoristas de ônibus e de aplicativos, os taxistas, todas as pessoas que, durante o pico da pandemia, estão exercendo as suas profissões. Também para as pessoas que trabalham em segmentos que não pararam no período do nosso confinamento, que são as farmácias, os supermercados, o pessoal da área da saúde, da segurança pública, da limpeza urbana. Então, é um conjunto de pessoas que não parou a sua atividade, permitindo que a cidade continuasse vivendo, entregando alguns produtos para as pessoas, que a cidade continuasse tendo a sensação de segurança, que as pessoas, quando necessário, continuassem a se locomover, que a limpeza da nossa cidade continuasse sendo feita. É um projeto com esse intuito. Nós já apresentamos mais dois projetos com o intuito de fazer os monumentos, que serão custeados, pagos pela sociedade civil, então, não terá custo nenhum para o Município de Porto Alegre. Cabe, então, à Casa e ao Executivo autorizarem e até designarem – porque nós não propusemos – o local, que obviamente vamos pedir um local de grande visibilidade para esses heróis da Covid-19. Seria isso, Sr. Presidente e nobres colegas.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Gostaria de registrar a presença do Ver. Valter Nagelstein.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 077/20.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Sr. Presidente, colegas vereadores e vereadoras, eu dizia que o tema sobre a monumentária em Porto Alegre até deveria merecer uma atenção maior tanto do Poder Executivo, quanto de nós, vereadores. É importante inclusive frisar que nós temos um servidor público municipal, do Atelier Livre da Prefeitura, chamado José Francisco Alves, que hoje é o responsável por essa área na Secretaria, e ele é o maior especialista em monumentária local, tem um livro maravilhoso, e um outro livro que é sobre a monumentária de rua do Rio Grande do Sul. Então, isso é muito importante, nós temos, portanto, especialistas que poderão nos ajudar, e mesmo na Câmara Municipal temos o servidor Jorge Barcellos, que tem escrito sobre essa questão e questões correlatas. Portanto, se esse projeto for aprovado, nós podemos ter um grupo de trabalho que poderá sugerir ao Executivo que nós tenhamos um monumento adequado e esteticamente bonito. Há muita discussão sobre a estética dos monumentos em Porto Alegre, eu, pessoalmente, acho que a estética do modernismo e especialmente do pós-modernismo, na questão de monumentos de rua, não é algo que tem me apaixonado, pelo contrário, mas é preciso lembrar, por exemplo, da Praça da Matriz, que tenho o privilégio de ver diariamente, o monumento mais bonito de Porto Alegre, que é o monumento a Júlio de Castilhos, que não é um simples monumento a Júlio de Castilhos, mas é um monumento a ele e à filosofia que ele defendia, que é o positivismo. Também o monumento a Bento Gonçalves, casualmente

perto do Colégio Júlio de Castilhos; há também o monumento feito pelo Carangi no Parque Farroupilha, na Redenção, entre tantos outros monumentos que eu considero de qualidade estética importante. A pergunta seria a seguinte: o vereador precisa fazer um projeto de lei nesse sentido? O meu parecer diz que sim, exatamente porque o vereador expressa a vontade da população, e expressando a vontade da população e sendo de interesse local, ele tem o direito, o poder e até o dever de fazer um projeto nesse sentido. O projeto é em aberto exatamente porque o vereador não pode dizer que vai ser feito na praça tal ou tal, ele poderá inclusive, na exposição de motivos, sugerir essa questão. Então, eu dei um parecer favorável tanto sob o ponto de vista da redação em geral, como do ponto de vista também da sua legalidade, sem óbice jurídico. Nesse sentido, portanto, eu queria apelar aos colegas que aprovassem esse projeto que propõe o monumento, e que a gente pudesse encaminhar coletivamente, se me permite o autor Cláudio Janta, sugerindo já pessoas que trabalham na Câmara de Vereadores e na Prefeitura para um futuro GT, um grupo de trabalho, para que esse monumento saia do papel, da letra fria da lei. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 077/20.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Boa tarde, Sr. Presidente, colegas vereadores e vereadoras. Com relação a este projeto, eu sou a pessoa que mais apoio os trabalhadores de linha de frente, que estão dando a cara a tapa, como se diz, para nos dar a proteção necessária; porém, eu vejo esse projeto do Ver. Janta num momento errado. Por quê? Porque nós temos várias outras pautas muito importantes e necessárias para esses mesmos trabalhadores. Eu acho que essas pessoas receberam uma homenagem, há poucos meses, quando toda a cidade aplaudiu os trabalhadores da linha de frente da saúde, o que foi muito bonito, mas esses trabalhadores não precisam de aplausos neste momento. Eles são extremamente importantes e necessários, nós sabemos disso, e eu defendo os rodoviários, eu defendo a área da saúde, eu defendo os trabalhadores que estão nos aplicativos, sou a favor de todos, mas eu acho que o momento não é para homenagear através de um monumento. Eu acho que isso, sim, depois, depois que passar a pandemia, depois que tudo for resolvido, que nós voltarmos ao normal, homenagear esses trabalhadores seria a melhor forma de agradecer. Neste momento, eu acho que eles precisam de apoio financeiro, de emendas e projetos que venham agregar para que eles possam realmente conseguir continuar trabalhando e criar uma opção para isso. Eu acho que temos que trabalhar de uma forma diferente. Eu respeito o Ver. Janta, dentro da proposição, eu sei que ele quer fazer algo que seja para valorizar esses trabalhadores, mas eu acho que este não é o momento. O momento agora é de nós oportunizarmos a esses trabalhadores que eles sejam valorizados de uma outra forma, que eles tenham os seus direitos garantidos e que eles possam, sim, manter as



suas famílias – essa é a parte mais importante para mim neste momento. Então, eu não sou a favor deste projeto.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 077/20, pela oposição.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Obrigado, Presidente. Colegas vereadores e vereadoras, público que está nos acompanhando nesta tarde de sessão virtual da Câmara Municipal de Porto Alegre, eu resolvi falar porque eu creio que essa iniciativa do Ver. Janta dialoga com o reconhecimento de várias categorias, de várias classes sociais num momento difícil da vida em que nós passamos, este momento que estamos enfrentando. Todo tipo de manifestação pública que dialoga com esse reconhecimento de homenagem, como já aconteceu publicamente com relação aos aplausos, e agora com a ideia do Janta de construir um monumento, também dialoga com aquele pedido oficial dos trabalhadores da saúde, de tantas outras categorias que não receberam os EPIs, que não recebem insalubridade e que merecem um reconhecimento especial dos governos e das próprias instituições em que trabalham ou dialogam com essa questão da saúde pública. Por outro lado, nós percebemos também que as mais de 50 mil crianças que ficaram em casa, enfim, em função da educação infantil ter sido paralisada, não receberam a cesta básica. Há uma infinidade de profissões, de pessoas, de crianças, de idosos, da saúde, da educação, da assistência, que talvez não tenham recebido esse reconhecimento. Creio que a Câmara tem que, de uma forma harmônica e unida, reconhecer isso. O Ver. Janta puxa o gatilho de poder dizer: “Olha, não são só os profissionais da saúde, da educação, da assistência, são também aqueles que abasteceram os supermercados para que o cidadão pudesse comprar o alimento”. Então é simbólico isso para cidade de Porto Alegre, mas é claro que não podemos perder a direção de poder perceber que, por exemplo, tem sim categorias que estão lá na linha de frente do dia a dia, que estão com pacientes na UTI e que nem sempre podem voltar para casa depois do trabalho e que têm que cumprir uma quarentena, e alguns já passam de 60 dias separados dos seus filhos, da sua família. Então eu creio que é um gesto simbólico, um gesto de reconhecimento a questões que são fundamentais. Nós temos que reavaliar esse aspecto da relação humana com o próprio ser humano, de valorizar também a sua atividade, ganhando melhor e tendo os seus direitos garantidos. Um forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 077/20.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Boa tarde a todos. É um projeto muito importante o do colega Janta, reconhecendo os heróis do combate à Covid-19, mas eu vou me expressar sobre a área dos monumentos em Porto Alegre. Nós tivemos um trabalho, já no mandato anterior, sobre a depredação dessas obras raras, hoje algumas estão sendo substituídas por um material que é uma resina com chumbo e outras substâncias porque as pessoas têm furtado peças pesadíssimas de parques, e o próprio setor dos monumentos, que fez uma exposição no ano passado, tem guardado peças mais raras para evitar a depredação, todas essas com alguma mutilação. São monumentos que estão inteiros, estão sendo mantidos de acordo, são vários monumentos em Porto Alegre, como o Ver. Adeli falou, tem um livro sobre cada monumento, peças importantíssimas para a história da Cidade, do Estado, do País. Esses novos monumentos que estão saindo, monumentos, vamos dizer, da era moderna, têm sido colocados em frente a prédios particulares para evitar depredação. Então é de se pensar que um monumento desses tem seus custos, tem custo de manutenção e, quando, porventura, se for aprovada a sua instalação, observar bem onde será colocado para evitar que se faça uma homenagem tão especial para depois ser destruída por essa falta de educação que nós temos ainda em nossa Cidade.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 077/20.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Colegas e pessoas que nos assistem aí pelas redes, pela TV, eu reitero alguns argumentos que já foram colocados, acho que foi pela Ver.<sup>a</sup> Cláudia, pelo Ver. Oliboni, que a melhor forma de a gente homenagear os trabalhadores e suas famílias, neste momento em que a gente está enfrentando uma grave crise sanitária e uma crise econômica, é a garantia de direitos para que essas pessoas, essas famílias, essas comunidades consigam se preparar e ter um mínimo de dignidade garantida neste momento tão difícil que a nossa Cidade, o nosso País estão enfrentando. E, na concretude dos fatos, objetivamente, é o oposto do que vem sendo implementado por sucessivas políticas aí do governo Marchezan. Hoje acordei com a notícia do fechamento do posto da Vila Tronco, já estava acompanhando a denúncia de que o postão da comunidade da Cruzeiro está sem refeitório, está sem nutricionista. Eu estou há mais de um mês solicitando uma resposta do Executivo em relação às linhas de ônibus que foram suspensas, que estão levando as nossas comunidades, os nossos trabalhadores, os nossos heróis de uma forma indigna, de uma forma insalubre, de uma forma a não garantir nenhum tipo de distanciamento social. Agora também saiu o edital de licitação que permite a concessão por 25 anos do nosso Mercado Público, que é um patrimônio dos gaúchos, que é um patrimônio construído por escravizados, à revelia dos permissionários, à revelia do povo de matriz africana, que defende aquele espaço como um espaço sagrado enquanto um território negro da nossa Cidade. Então, a gente percebe que, apesar da pandemia, segue uma agenda de

retrocessos, inclusive o projeto que está colocado na Ordem do Dia, do Previmpa, também é importante a gente ter um posicionamento em relação... (Problema técnico no som.) ...estão colocando aqui, que são contrários a essa medida do governo de fazer caixa em cima da aposentadoria dos trabalhadores. Eu acho que são nesses posicionamentos concretos e nessas batalhas que a gente está construindo, fortalecendo e impulsionando que as comunidades, as famílias dos trabalhadores precisam do nosso apoio. A gente está vendo trabalhadores sendo demitidos, os rodoviários, a gente está vendo muito assédio moral em torno das trabalhadoras terceirizadas da Multiclean, que estão sem receber seus salários, que têm contrato com a Prefeitura. Eu olho a nossa classe trabalhadora daqui da cidade de Porto Alegre, eu vejo a situação em que estão as nossas comunidades, uma cidade que não tem uma política de alimentação, agora que a gente vai discutir um fundo e um programa de transferência de renda, três meses depois do início da quarentena e da política de isolamento social. Vocês não têm noção das contradições e dos problemas que estão abrindo embaixo, nas comunidades, entre as lideranças, que a gente está tendo que decidir quem come e quem não se alimenta, porque a gente não tem condições de garantir alimentação para todo mundo. Essa política nossa de tirar da classe média e dar para os pobres tem um teto, e faltou justamente um posicionamento, uma conduta, uma atitude, uma prática do governo Marchezan e também uma pressão mais organizada, mais politizada também por parte dos vereadores que estão há três meses sem conseguir impor a opinião pública, impor a opinião dos trabalhadores que estão sendo precarizados, impor, porque é uma imposição. Eu não espero nada desse governo Marchezan, um governo que fez quatro anos de gestão sem transparência, sem participação, com muita dificuldade de ouvir os conselhos, deslegitimando inclusive os conselhos.

Então acho que a melhor homenagem que a gente tem a fazer aos trabalhadores é estar junto nessas lutas, nessas batalhas. Hoje de manhã, teve um ato lá na Vila Tronco, um ato importante para mostrar à comunidade a importância do posto. Domingo, novamente vão ter atos antirracistas, antifascista, a gente precisa colocar o governo Marchezan também dentro desse bojo da crise institucional nacional que o País está enfrentando, é um governo genocida, é um governo que vem operando uma política de morte.

(Não revisado pela oradora.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Registro a presença do Ver. Luciano Marcantônio.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 077/20.

**VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT):** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Estou ouvindo atentamente os pronunciamentos, agora, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa, fazer uma homenagem não quer dizer

que vai anular todas as ações que nós estamos fazendo para ajudar essa população que está sendo atingida por essa pandemia. Não estamos julgando, aqui, com essa homenagem do Ver. Janta, o governo Marchezan. O Marchezan até deveria, ele próprio, fazer essa homenagem. Eu respeito aqui quando dizem que não é o momento, porque os trabalhadores precisam muito mais. Claro que os trabalhadores precisam muito mais. Mas por que não é o momento? Isso é um *plus*, é um reconhecimento às pessoas que estão lá na frente arriscando a própria vida, a própria saúde, para proteger aqueles que estão em casa, nem é mais quarentena, é sessentena. Eu não concordo, não concordo que uma coisa não pode ser porque os trabalhadores precisam de outras coisas. Os trabalhadores precisam de muitas coisas, agora ficar aqui fazendo uma análise do governo Marchezan quando nós estamos propondo aqui um monumento de homenagem? Eu mesmo fiz, ali na Rótula das Guias, um monumento em homenagem ao taxista morto em serviço. Está lá, e os taxistas precisavam de muitas outras coisas. Então, eu vou votar favoravelmente ao projeto. Quero dizer que não há nenhuma possibilidade de uma coisa influir na outra, e, muito menos, na vida pessoal das pessoas. Todos os vereadores aqui têm o direito – eu sempre digo isso aqui - de apresentar os projetos que bem entenderem.

Outra coisa, já no final do meu tempo, eu quero repetir, Sr. Presidente, o meu celular privado aqui está cheio de funcionário público mandando mensagem. Quero pedir aos colegas que estão nessa plenária ligados ao Simpa que estão proibidos de passar o meu telefone privado. Querem passar? Passem o meu *e-mail* profissional de vereador. Agora fico eu aqui respondendo, bloqueando, isso é uma falta de vergonha na cara, uma falta de consideração à minha privacidade, ou trate comigo pessoalmente ou mande *e-mail* para joaoboscovaz@camarapoa.rs.br! E agora ficam esses aí, vereadores, passando o telefone privado. Eu uso o telefone privado para falar com a minha família, pelo amor de Deus! Tudo que é projeto que vai para aí é essa encheção de saco desses companheiros que não têm consideração. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação nominal o PLL nº 077/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM** e 03 votos **NÃO**.

**VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PTB):** O Projeto do Ver. Cláudio Janta é meritório, e, de fato, não é porque eles recebem, são profissionais, que dá para se tirar o mérito do heroísmo de estarem expondo as próprias vidas para salvarem as nossas. Então, votei favoravelmente ao projeto, dando os parabéns ao Ver. Cláudio Janta pela iniciativa do projeto.

### **VOTAÇÃO NOMINAL**

**(encaminhamento: autor e bancadas/03 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0195/20 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 006/20**, que institui o Fundo Municipal de Combate ao Coronavírus (FUNCOVID-19), e o Programa Municipal Temporário de Transferência de Renda aos cidadãos atingidos social e economicamente pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19). (SEI 118.00089/2020-30)

**Parecer:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto, das Emendas nos 01 a 14, 16 a 20 e 22 a 28 e das Subemendas nº 01 às Emendas nos 02 e 28, e pela existência de óbice de natureza jurídica à tramitação da Emenda nº 21.

**Observações:**

- com Emenda nº 01 a 04, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni;
- com Emenda nº 05, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol;
- com Emenda nº 06, de autoria do Ver. Felipe Camozzato;
- com Emenda nº 07, de autoria dos Vers. Engº Comassetto e Marcelo Sgarbossa;
- com Emenda nos 08 e 09, de autoria do Ver. Mauro Zacher;
- com Emenda nº 10, de autoria da Verª Mônica Leal;
- com Emenda nº 11, de autoria dos Vers. José Freitas e Alvoní Medina;
- com Emenda nº 12, de autoria do Ver. Engº Comassetto, Marcelo Sagarbossa e Adeli Selll;
- com Emenda nº 13, de autoria do Ver. Adeli Sell, Engº Comassetto, Marcelo Sgabossa e Aldacir Oliboni;
- com Emendas nos 14, 16, 17, 18, 19 e 21 e Subemenda nº01 à Emenda 02, de autoria dos Vers. José Freitas e Alvoní Medina;
- com Emendas nos 20, 22, 23 e 28 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 28, de autoria do Ver. Ricardo Gomes;
- com Emenda nº 24, de autoria do Ver. Karen Santos;
- com Emendas nos 25 e 26, de autoria dos Vers. Roberto Robaina e Prof. Alex Fraga;
- com Emenda nº 27, de autoria dos Vers. Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Karen Santos;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- votação nominal conforme o art. 2º, VIII, *d*, da Resolução nº 2.582/20;
- incluído na Ordem do Dia em 10-06-20, conforme a Resolução nº 2.582/20.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação o PLCE nº 006/20. (Pausa.) Solicito ao diretor legislativo da Casa que anuncie o projeto que está sendo votado, a manifestação da liderança e o número de emendas que estão sendo colocadas em debate na Casa, a partir deste momento.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Perfeito, Sr. Presidente. Passamos à votação do Processo nº 0195/20, Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/20, que institui o Fundo Municipal de Combate ao Coronavírus, Funcovid-19, e o Programa Municipal de Temporário de Transferência de Renda aos cidadãos atingidos social e economicamente pela pandemia do novo Coronavírus. Processo SEI nº 118.000089/2020-30. Parecer da CCJ pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do projeto, das Emendas de nº 01 a 14, 16 a 20 e de 22 a 28 e das Subemendas nº 01 à Emenda nº 02 e 28; e pela existência de óbice jurídico à tramitação da Emenda nº 21.

Registro o requerimento, encaminhado pelo Ver. Ricardo Gomes, de destaque às Emendas nºs 20, 23 e 28, ao PLCE nº 006/20, a qual está sendo formalizado por meio do SEI do projeto.

O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 006/20.

**VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM):** Boa tarde, Presidente Pujol, colegas vereadores. Obrigado diretor legislativo, que nos auxilia nos trabalhos legislativos presenciais e, agora, mais do que nunca, no virtual. Este é um projeto extremamente importante pelo momento que estamos enfrentando. Eu tive o privilégio de ser o relator deste projeto que tem dois tempos: o primeiro cria o fundo e o segundo cria o auxílio emergencial. O projeto teve 28 emendas e duas subemendas. Então, é um projeto bem complexo, no qual tive que trabalhar bastante, que teve toda minha atenção e cuidado, respeito e consideração às emendas dos colegas vereadores. Como eu disse, é uma das maiores crises que Porto Alegre vem enfrentando, crise sanitária, crise econômica e social, e este projeto vem de encontro a uma das maiores crises que a gente pode enfrentar, que é a fome, e, através da fome, a violência. Então, eu acho o projeto importante, acho que é um projeto um pouco tardio, este projeto poderia ter vindo mais cedo para a Câmara, porque eu tenho certeza de que as pessoas vão ter muitas dificuldades daqui para frente. Acho que é um projeto que tem que ser repensado também, acho que nós temos que ajudar aqueles que estão em situação de vulnerabilidade, que têm problema financeiro; acho que nós temos também que criar um método para auxiliar os pequenos e os médios empresários da cidade de Porto Alegre, que também vão ter um sério problema daqui para frente.

Há emendas importantes que auxiliam e contribuem para o projeto; há emendas que, no mérito, eu não concordo, mas respeito. Como são 28 emendas e duas subemendas, acho que conseguimos conversar rapidamente com os colegas da bancada, para informação e opinião, temos também vereador da bancada com autoria de emendas, então, quero dizer que é um projeto importante, necessário, tem algumas emendas importantes que melhoram o projeto. Então, eu libero a bancada, mas o meu voto vai ser favorável ao projeto. E já vejo uma forma de o governo pensar nos pequenos e médios empresários, o que também será muito bem-vindo num momento muito difícil da nossa cidade. Era isso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Sr. Luiz Afonso, antes de iniciar com o próximo encaminhamento, eu transfiro ao senhor a direção dos trabalhos, assinalando que Vossas Excelências não desconhecem que cada um dos proponentes terá direito à manifestação e também todas as bancadas, por meio dos seus líderes ou por quem eles delegarem o poder nesse sentido. Acredito que o Ver. Mendes Ribeiro, como líder do Democratas, falou em nome do Democratas.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Perfeito, Sr. Presidente.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 006/20.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Boa tarde a todos, novamente. Eu acho que este projeto, nem cheguei a conversar com os meus colegas, Mônica e Nedel, mas eu acho que a gente deve votar favoravelmente. A gente tem muitas restrições com relação ao governo Marchezan, mas nesse caso nós temos que apoiar. Vamos analisar emenda por emenda, teremos liberdade de votar em algumas e em outras não votar, ou votar contra. Mas, o contexto eu acho que fica bem claro, o art. 1º institui esse fundo, e dá liberdade, no art. 2º, a doações, a auxílios, contribuições legais, transferências de entidade de qualquer natureza pública ou privada, ou seja, dá liberdade de buscar fontes. Acredito que essa liberdade de repasses do governo estadual e federal já deveria ter sido dada há bastante tempo. Eu acredito que ele vem um pouco atrasado, concordo, mas ele tem que ser feito. As prioridades serão questão do governo depois, Ver. Mendes. Porque as emendas vão contemplar, mas ele é bem complexo em alguns aspectos, mas o mais importante é o que nós vamos votar. Tem que ter auxílio suplementar. O governo federal tem feito lá e vai aumentar em mais duas vezes; não tem outra forma, o pessoal está desempregado. A dificuldade de geração de emprego, neste momento, é enorme, e vai ser um ano perdido no Brasil. O mundo inteiro está encontrando dificuldades; países ricos, imaginem nós. Então nós temos que contemplar, sim, esse pessoal que não consegue emprego há muito tempo, que está no serviço informal. Portanto, eu acho que é o mínimo que o governo pode fazer dentro desta realidade.

Eu não tenho dúvida de que entidades particulares e empresários vão ajudar, não tenho dúvidas, já estão ajudando. Todos nós, tenho certeza, já estamos ajudando de alguma forma. Lembro que aqui em casa a minha esposa fez oito mil máscaras para o Hospital de Clínicas; 50 mulheres se cotizaram, todo mundo ajuda. O grupo da Pampa, do Pampa Debates, reuniu mais de 200 pessoas que contribuíram com mais de R\$ 150 milhões. É óbvio que todos nós estamos ajudando, temos coração, ainda mais o gaúcho; o gaúcho é assim. Não temos que votar contra porque somos contra o Marchezan. O Marchezan, na administração, tem um problema seríssimo, não administrou nos últimos três anos, quer fazer tudo agora, aumentou o IPTU, quer dar um calote na Previdência do Município, que está num projeto e que sem audiência pública não devemos votar.

Então nós vamos votar a favor do projeto e vamos ver as emendas caso a caso, em muitas vamos entender que dá para votar, em outras não, para não

descaracterizar o projeto. Não sou da tese de que tem que encher de emendas; eu acho que todos nós temos direito a fazer emendas, temos prerrogativas, mas vamos deixar um projeto enxuto para que o governo possa efetivá-lo, e é nesse sentido que nós pensamos. Embora, com relação ao Marchezan, na maioria das suas atitudes, falte diálogo, mas nesse caso nós vamos aprovar porque é bom para Porto Alegre a bom para o cidadão de Porto Alegre, que precisa de ajuda neste momento. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 006/20.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL):** Cumprimento o Presidente Pujol, meus colegas vereadores e vereadoras, público que porventura esteja nos assistindo pelas redes. Quero dizer, Ver. Cassiá, que, em boa parte, eu até concordo com o senhor na questão das emendas. Eu acho que todos os vereadores aqui têm feito um esforço muito grande para ajudar as comunidades, a cidade, e agora chega um projeto, do Executivo, que foi muito bem trabalhado, e eu tive a oportunidade de participar de várias das reuniões, junto com vários secretários, com a direção da FASC, com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Esporte, com a Fazenda, com o pessoal do DEMHAB para tentar localizar as dificuldades do Município. Então, foram várias secretarias e a Procuradoria do Município que participaram da elaboração desse projeto. O projeto foi muito discutido para buscar como se concretizar e vai ter uma função muito importante para a cidade, que é a criação de um fundo municipal para o combate à Covid-19. Um recurso para que a gente possa fazer chegar àquelas famílias mais necessitadas e também para comprar equipamentos. É um projeto que foi muito discutido por vários secretários, não é um projeto do Marchezan, é um projeto do Executivo e de vários profissionais relacionados. Então, tudo aquilo que nós, na ânsia de querer ajudar com emendas que, muitas vezes, têm mérito para nós e podem acabar atrapalhando o projeto, que foi muito bem discutido e elaborado por profissionais da área. Então, na grande maioria das emendas, e eu sei que muitos vereadores querem ajudar, mas acabam não ajudando, vão acabar criando dificuldades, empecilhos, para que a gente possa fazer chegar esses recursos às famílias que mais precisam. Então, eu pediria a compreensão dos vereadores, pois pouquíssimas emendas aqui, eu tenho certeza, vão somar, mas, na sua grande maioria, não que, no mérito, o vereador não tente melhorar, vai acabar atrapalhando, criando dificuldades, criando obstáculos a serem vencidos, para que esse recurso possa chegar para aquelas famílias que mais precisam. Eu peço a compreensão dos vereadores, para que retirem a grande maioria das emendas, para que a gente possa votar esse projeto, para que, o quanto antes, a gente possa chegar com esse projeto pronto para o Executivo para que ele possa executá-lo, e aquelas famílias que mais precisam possam receber esses recursos. Ele foi baseado nas famílias vulneráveis, naquelas famílias que já estão inscritas no Cadastro Único do Governo Federal e com critérios bem estabelecidos – não vou falar pela falta



de tempo -, há vários critérios que definem como serão repassados esses recursos, escalonados com valores; vai ser criado um cartão – já está sendo elaborado - para que as pessoas possam receber e gastar em alimentos nas suas comunidades. Tem outro processo que está previsto que é no sentido desse cartão poder ser utilizado somente nos comércios, supermercados, mercados, armazéns, movimentando a economia desses pequenos comércios do entorno das comunidades e, dessa forma, também, ajudar esses comércios da periferia que estão tendo dificuldade, porque está faltando dinheiro para as pessoas irem lá comprar. Os grandes supermercados venderam mais porque as pessoas ficaram em casa e consumiram mais; mas para aquele pequeno comércio de dentro da comunidade, do bairro, da vila acabou faltando dinheiro, pois as pessoas não foram comprar, e ele vendeu menos. Então, a ideia da Prefeitura também é que esses recursos cheguem, através de um cartão, para que essas pessoas possam ir, nas comunidades, fazer a compra de alimentos, para matar a fome dessas pessoas neste momento difícil não só de Porto Alegre, mas que o mundo inteiro enfrenta; e nós aqui, no Brasil, mais pelas nossas dificuldades já existentes. Então, é um projeto muito importante que foi construído por várias mãos. Eu participei de várias reuniões com pessoas qualificadas, capitaneadas pela FASC que, junto com outras secretarias, discutiram com profissionais, não só com secretários, mas com quadros da Prefeitura que ajudaram a construir o projeto. Até posso dizer que demorou um pouco, demorou, mas foi muito bem elaborado, discutido, e é um projeto que vai somar muito na cidade de Porto Alegre. Então, eu peço a colaboração dos vereadores para que votemos hoje este projeto, aprovemos o projeto, com menos emendas, se possível, com exceção de algumas emendas que podem ser aprovadas, pois não prejudicam o projeto, para que ele seja implantado o quanto antes, para que as famílias que mais precisam possam receber esses recursos em suas contas, para que possam complementar com os programas federais e possam ter a mínima dignidade e possam ter alimentação na sua mesa. Conto com a aprovação desse projeto. Acho que todos os vereadores votarão favoráveis, mas que tenham muito critério na hora de votar as emendas, para não criarmos dificuldades ao projeto e para que esse recurso possa chegar, o mais rápido possível, àquelas pessoas mais precisam e que são as mais vulneráveis, da periferia da nossa cidade e que já passam por grandes dificuldades no seu dia a dia e, com essa pandemia, estão passando por mais dificuldades ainda. Então quero contar com a compreensão dos meus colegas vereadores, para que a gente possa aprovar, ainda hoje, esse projeto para, na semana que vem, quem sabe, já implantá-lo na cidade de Porto Alegre. Aprová-lo em tempo recorde, esse é o maior auxílio que os vereadores podem dar à cidade de Porto Alegre. Ele chegou, na sexta-feira, à Câmara de Vereadores; os vereadores fizeram suas emendas durante o final de semana; na segunda-feira, a CCJ se reuniu às 8h para votar; e hoje, quarta-feira, estamos nesta sessão extraordinária. E já agradeço ao Presidente e a todos os vereadores por estarmos reunidos para votarmos esse projeto. Espero que o votemos hoje e na semana que vem já possamos implementá-lo para aquelas pessoas que mais precisam receber esse auxílio neste momento difícil. Muito obrigado a todos os vereadores pela compreensão.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Registro requerimentos de retirada de tramitação de emendas: o Ver. Ricardo Gomes requereu a retirada da Emenda nº 22 ao PLCE nº 006/20; e o Ver. Alvoni Medina requereu a retirada das Emendas nºs 11, 14, 17, 19 e 21, ao PLCE nº 006/20.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 006/20.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Minha saudação aos colegas. Eu queria pedir a atenção, especialmente, do Mauro Pinheiro, porque, depois da sua fala, a gente pode ter duas leituras. Uma é a chamada de atenção, para a gente colaborar, o que não precisaria fazer, porque passamos o sábado estudando esse projeto para fazermos emendas. A Emenda nº 13 é uma emenda estudada, milimetricamente formatada, Mauro Pinheiro, para ajudar. Se V. Exa. ler o que nós escrevemos e o que nós debatemos, verá inclusive o que disse quando eu fiz aquela proposição de emenda básica emergencial com a cultura. V. Exa. sabe que eu, inclusive, tenho dados precisos de quem recebe o Bolsa Família em Porto Alegre e não recebeu a renda básica emergencial do governo federal. Eu tenho os números precisos: 5.830 famílias. Não é a pouca coisa, esse dado não é chute, esse dado é real, esse dado existe. Se for necessário alguém da FASC conversar conosco, com a nossa assessoria e com quem nos ajuda a fazer os projetos, nós estamos à disposição a qualquer hora do dia. Outra coisa, quando eu cito a questão dos moradores de rua, o faço porque nós temos, no Cadastro Único, uma quantia muito pequena de moradores de rua, e eles aumentaram. Então, o que eu estou colocando é a busca de uma garantia de que quem não está no Cadastro único, seja chamado para fazer um cadastro específico para o fundo, a mesma coisa para os catadores. Não são todos os catadores que estão nessa questão. Eu nem entrei em outras questões, eu ainda continuo debatendo com a Secretaria Municipal da Cultura. Quando o Comassetto fez a Emenda nº 12, que nós a subscrevemos, para que o Secretário Municipal de Cultura participe, eu queria insistir que ele deve participar, porque ele é um dos poucos secretários, apesar das diferenças das 230 cestas que se conseguiram, o que é ridículo para esse setor. Mas não vem ao caso, não estamos aqui para brigar, estamos aqui, nesse 10 de junho, para tentar efetivamente aprovar o projeto. Eu coloquei no *chat*, talvez, no momento em que começava a discussão, pedindo para fazer os destaques das minhas emendas. Se, por acaso, entrou no minuto seguinte, também não vou brigar sobre isso, porque estamos num meio eletrônico e, se eu não sou *expert* no assunto, a culpa não é da Diretoria Legislativa, não é da Presidência, a culpa é minha. Mas eu vou colocar, com muita tranquilidade, que esse projeto da renda básica é importante e não é a discussão que o Mauro tenta vender. Desculpa, Mauro, mas tenho pessoas que me assessoram nessa área e sabem muito bem. Se você leu – ou deve ter lido porque é membro da CCJ – o meu projeto de renda básica emergencial na área da cultura, V. Exa. vai ver que eu não estou para brincadeiras nessa discussão. Acho que estão nos devendo, sim, uma explicação dos recursos que a Câmara deu para a Prefeitura, não sou o único a reclamar da falta de transparência. Eu quero voltar a dizer – já é um mantra - que quatro secretarias não têm um canal de transparência, já fiz isso, já tenho até

processos internos em curso, e vou continuar a colocar essas questões, não por que eu seja da oposição, não por que as emendas que eu faço sejam incompletas para provocar e não para ajudar; pelo contrário, sejam humildes e aceitem. A Emenda nº 13, em especial, está claríssima, debulhada e com condições, inclusive, de ajudar a Prefeitura a fazer melhor distribuição dos recursos. Eu falo com conhecimento de causa, eu fiz essa emenda estudando o sábado inteiro. Então, não será na pressão que vão fazer com que eu retire essa emenda. Não vou retirar, vou debater e vou continuar fiscalizando, sim, porque a Prefeitura dá dados sobre as cestas básicas distribuídas, só que eu não vejo essas cestas básicas para quem eu tenho contato. Então, eu devo estar mal de contato, alguma coisa não está bem. Agora, Mauro Pinheiro, se V. Exa. quiser um bom diálogo, uma boa discussão e quiser sair com a vitória nas mãos hoje de um projeto articulado por toda Câmara, nós daremos os votos, mas nós queremos respeito, nossas emendas são muito sérias, são muito importantes. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Ver. Adeli Sell. Registro a retirada da Emenda nº 07, de autoria do Ver. Engº Comassetto, ao PLCE nº 006/20.

O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 006/20, como autor das Emendas nºs 08 e 09.

**VEREADOR MAURO ZACHER (PDT):** Boa tarde Presidente Pujol, boa tarde vereadores e vereadoras. Antes de encaminhar a emenda propriamente dita, queria fazer duas considerações. A primeira delas é sobre a manifestação do líder do governo, que fala aqui em nome do governo e resumidamente diz que a Câmara contribui, não contribuindo, basicamente, se retirasse as emendas. Se o governo teve – e eu desconheço – a capacidade de dialogar com setores da sociedade e compôs um grupo no Executivo para formatar esse projeto, nada melhor do que a Câmara, agora, por meio das suas emendas, dar a sua contribuição para o projeto. O governo deveria estar aqui enaltecendo a boa e bela participação dos vereadores que estão atentos às demandas da sociedade, e querendo, aqui, de alguma maneira, contribuir. Então, faço essa ressalva porque a Câmara contribui aprimorando e fazendo com que as coisas aqui aconteçam. Então, a nossa disposição é essa, Ver. Mauro Pinheiro. Eu lamento que V. Exa. tenha talvez esquecido os seus anos de vereador da oposição, de Presidente da Câmara

A segunda questão é que o prefeito Marchezan fez uma consulta ao TRE recentemente em relação ao tema e ele considera, e teve uma autorização, tratar-se de benefício assistencial. Nós temos uma leitura de que nós estamos tratando de transferência de renda. Então, eu não vejo isso no processo, se nós estamos aqui de acordo com o TRE, com as normas pré-eleitorais. Então faço essa ressalva porque a gente pode estar aí desencadeando algum litígio, alguma coisa em relação ao projeto, que é importante, não se fala em outra coisa neste momento, em se ampliar, em se manter os projetos de renda básica, haja vista o impacto que nós teremos em segmentos

da sociedade, segmentos altamente vulneráveis, que vivem da informalidade, e que precisam, sim, de transferência de renda.

Outra questão é que eu proponho duas emendas, as Emendas de nº 8 e 9, já aqui ditas pelo nosso diretor legislativo Luiz Afonso. Uma propõe o uso de dois fundos em que há muito recurso, um tem R\$ 20 milhões, que é aquele fundo que foi criado para inovação e tecnologia, para investimento em *startups*, eu acho que nós podemos usar, e a proposta da emenda é usar apenas 50%. Então, nós já teríamos R\$ 10 milhões para esse fundo de renda mínima; e também usar – isso na Emenda nº 8 – 50% daquele Fundo de Reforma e Desenvolvimento Municipal que, em março, tinha R\$ 50 milhões, e que nós ainda não sabemos para que existe aquele fundo exatamente, a não ser pagar as consultorias usadas pelo governo. Então seria o uso desses dois recursos, que daria, em saldos de março, algo na casa dos R\$ 35 milhões de reais. Imaginem que não precisaria o governo estar aqui tirando do fundo lá da previdência dos servidores, como é a proposta que está tramitando na Casa, poderia estar usando outros fundos, dividindo um pouco dessa conta necessária e importante para que a gente atenda essas famílias mais carentes.

A Emenda nº 9, para a qual eu também quero pedir o apoio dos colegas vereadores, é o seguinte: algumas emendas impositivas apresentadas por nós, vereadores, não tiveram aprovação técnica, não serão usadas, o que significa que esses recursos voltarão ao Tesouro, não serão usados nas emendas. Então, estou propondo que essas emendas que tecnicamente não foram aprovadas, que não são viáveis nem exequíveis para serem executadas no Orçamento de 2020, e, com a anuência dos autores, possam ter os recursos colocados nesse fundo que será o financiamento para essas famílias que mais precisam. São sugestões basicamente fáceis de serem aprovadas, de serem compreendidas. Não vejo problema algum em que a gente possa aprovar, e por isso eu peço apoio, dividindo um pouquinho dessa conta e incrementando os recursos nesse fundo, em que é possível doações, é possível usar recursos do governo municipal e inclusive recursos federais.

Então, faço esse apelo, fazendo essas ressalvas: primeiro, essa sobre questão eleitoral, a nossa interpretação é que ela deixa uma dúvida em relação ao assunto, e peço o apoio dos colegas para a aprovação dessas duas emendas que têm a intenção de poder contribuir e aperfeiçoar, buscar fontes de recursos para um projeto de transferência de renda, pois nós, aqui, nos somamos em assinaturas de propostas ao governo para que seja implementado.

Nós defendemos a manutenção, a existência de uma transferência de renda e que nós possamos garantir um complemento a essas famílias que já estão ganhando recursos do governo federal para que possam se manter neste momento em que a economia desaquece, em que empregos estão sendo perdidos, em que empresas serão fechadas e a gente sabe que a fome vai bater na porta de muitas pessoas. Então, contem com este vereador para a aprovação, e eu gostaria de contar com os colegas vereadores para aprovar essas emendas. Vejam bem, por exemplo, uma emenda impositiva que eu apresentei e que não será usada, quem sabe eu possa, com a minha anuência, propor

para que seja incluída nesse fundo e possa estar ajudando centenas de famílias. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Ver. Mauro Zacher. A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 006/20, como autora das Emendas nºs 24 e 27.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Colegas, eu me inscrevi também para encaminhar a Emenda nº 24, uma emenda que nós propusemos enquanto mandato. Quero, primeiramente, dizer que o programa é interessante para a atual crise que estamos vivenciando dentro das comunidades, mas é uma política atrasada. Eu estou desde março esperando uma resposta da FASC em relação aos pedidos de informação de qual política de alimentação seria adotada no momento da pandemia, até hoje não tive uma resposta objetiva em relação a esses recursos, inclusive recursos destinados do Fundo de Assistência Social para a compra de cestas básicas. Eu me lembro de, em abril, o Ver. Mauro Pinheiro ter colocado, numa das nossas sessões *online*, que ia criar um projeto, ia ter um cartão, que as pessoas poderiam sacar os recursos e comprar nos negócios locais, nos mercadinhos – em abril! A gente está entrando junho e a gente ainda não conseguiu ter o encaminhamento referente a isso. Eu sempre pontuo que se não fossem as campanhas de solidariedade protagonizadas pelas comunidades, pelos coletivos, pelos sindicatos, pelos partidos políticos, pelas igrejas, pelos terreiros, a gente estaria vivendo uma situação de calamidade pública, porque as pessoas estariam morrendo de fome, para além da possibilidade iminente de um contágio do coronavírus, sobretudo nos ônibus lotados da nossa cidade. Também queria trazer o meu respeito a todo mundo que está fazendo esse tipo de campanha de solidariedade, que não está fazendo *marketing* político eleitoral e nem *marketing* religioso. Porque caminhando nas comunidades, é isso que eu percebo: muito apadrinhamento e muito amadrinhamento em relação a essa miséria que está colocada ao nosso povo.

O projeto tem um problema muito grave. Primeiro, quero reiterar isso que o Ver. Adeli colocou: a gente precisa atualizar o cadastro. O cadastro não está atualizado e o projeto, da forma que está colocado, restringe, primeiro, às pessoas que estão cadastradas; e, segundo, às pessoas que não recebem nenhum tipo de auxílio do governo federal, o auxílio de R\$ 600. E aí eu questiono vocês, meus pares vereadores, quem é que consegue manter uma família com R\$ 600? Lembrando que esses R\$ 600 foram uma vitória, porque se dependesse do nosso governo federal, o auxílio seria de R\$ 200. Então, é dentro desse marco que a gente está discutindo uma política de alimentação e uma política de distribuição de renda neste momento que a gente está vivendo. Seiscentos reais é muito pouco, é muito pouco para as famílias e não vai atingir as pessoas que já estão cadastradas. A gente precisa rever isso, até porque no projeto não tem uma perspectiva de qual é o impacto dessas famílias que estão cadastradas no

Cadastro Único e que não recebem nenhum tipo de auxílio emergencial por parte das políticas de governo – Bolsa Família, renda básica emergencial, etc. Então, o projeto tem uma limitação, ele não expressa ali qual é o impacto, quais são as famílias, quantas famílias da cidade de Porto Alegre estão cadastradas no Cadastro Único e que vão ser beneficiadas com esse programa de transferência de renda.

Com a Emenda nº 24, que a gente propõe, a gente visa suprimir essa contradição que está prevista hoje no projeto que foi elaborado pelo governo, possibilitando que todos e todas que estão cadastrados, que recebem já os R\$ 600 do auxílio emergencial – que é menos do que um salário mínimo – consigam recompor a sua renda com mais esse benefício das receitas do Município de Porto Alegre. Acredito que isso permite minimamente, tanto aos empreendedores, às pessoas que têm algum tipo de negócios próprio e estão sendo prejudicadas pela crise, quanto também permite às pessoas conseguirem consumir mais. Porque a gente tem problema de consumo, não adianta a gente reabrir os mercados, sendo que as pessoas estão com as suas rendas limitadas, com os seus rendimentos limitados. Então, é uma forma também de a gente aquecer a economia com essa distribuição mais massiva de renda, que não está prevista hoje no projeto. Hoje estão previstos somente aqueles que estão no Cadastro Único e extremamente marginalizados – extremamente! –, que já não conseguem nem receber Bolsa Família ou auxílio emergencial. Então, são esses dois encaminhamentos que eu acho importante a gente se atentar, na votação deste projeto, tanto para o Cadastro Único, que não está atualizado, quanto também se a gente quer um impacto na nossa economia local. E toda essa discussão de dignidade que o governo vem apresentando na defesa do projeto, dignidade não são R\$ 600! Dignidade é o mínimo, é o salário mínimo previsto na Constituição. Então, acho que a gente tem que considerar esses apontamentos feitos nas emendas para qualificar esse projeto, que é importante e que já está muito atrasado. É isso. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Karen Santos. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 006/20, como coautor das Emendas nºs 25 e 26.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Boa tarde. Nós vamos, evidentemente, votar o projeto, vamos aprovar o projeto e nisso eu compartilho da posição do Ver. Cassiá: estamos buscando algumas emendas para tratar de melhorar. As emendas que a Ver.<sup>a</sup> Karen está apresentando são nesse sentido, a emenda que eu apresento é uma emenda que garante o aumento do valor, então, são todas emendas que vão no sentido de aumentar a capacidade de o Estado de colaborar nessa crise. Agora, eu queria chamar a atenção, já deixando claro que nós somos a favor; portanto, dependendo do PSOL, o projeto será aprovado, e, se depender do PSOL, o projeto será melhorado, ou, pelo menos, os benefícios serão maiores, porque eles não terão as restrições enormes que há nesse projeto; o projeto do governo Marchezan tem muitas

restrições. E o valor, evidentemente que embora qualquer valor para as pessoas no nível de pobreza que existe, R\$ 50 é bom, as pessoas querem; R\$ 100 as pessoas querem, mas é evidente que é muito pouco. Muito pouco.

Primeiro ponto, primeiro esclarecimento, primeira premissa: nós estamos a favor de todo projeto que garanta transferência de recursos, transferência de renda. Agora, eu não posso deixar de falar, eu já tive o projeto, foi uma indicação ao Executivo, faz mais de dois meses que eu fiz a indicação ao Executivo, então, não é uma preocupação recente nossa, nós não estamos sendo pautados pelo governo Marchezan. Nós fizemos essa proposta de transferência de renda; já antes inclusive de o Congresso Nacional aprovar, nós afirmávamos a necessidade de a Prefeitura de Porto Alegre entrar nessa pauta, entrar nessa ajuda. Eu me lembro que, no momento, o discurso do governo e dos seus líderes aqui na Câmara era de que não cabia à Prefeitura fazer esse tipo de política porque a Prefeitura não podia emitir dinheiro, porque a Prefeitura não podia emitir título; mas, vejam só, agora, com certo atraso, a Prefeitura está entrando nessa política, só que com recursos muito pequenos e com muita restrição. Eu confesso, Ver. Mauro Zacher, Adeli, o apelo para que o governo faça as coisas conjuntamente, e a gente já sabe que não é o método do governo. E tu disseste, Ver. Mauro Zacher, eu nem tinha essa informação de que o prefeito fez uma consulta ao Tribunal Regional acerca da questão eleitoral. Eu não tenho dúvida, sou sincero nisso, de que o prefeito Marchezan está fazendo campanha eleitoral já, aqui ninguém é bobo. Infelizmente a lógica do governo é uma lógica de discurso. Vou dizer mais: é tão restritivo esse projeto, embora nós vamos votá-lo, mas ele é tão restritivo, que de uma certa forma o que eu vejo é que o governo, infelizmente, vai fazer um discurso da distribuição de recursos, mas na prática o que o prefeito Marchezan está fazendo é pegar carona no debate nacional, na renda mínima nacional que foi votada – que o governo Bolsonaro queria que fosse de R\$ 200,00, e felizmente o Congresso Nacional aprovou a renda de R\$ 600,00 –, teve uma luta política agora porque o presidente Bolsonaro queria parar de pagar, vai ter uma pressão para que continue, e está tendo um discurso inclusive que se quiserem que continue, os políticos têm de abrir mão de salários, e eu não tenho problema nenhum com redução de salário de políticos. O que eu sei, isso sim, é que o prefeito Marchezan, infelizmente, está fazendo esse jogo para entrar nesse discurso de “Ah, eu estou ajudando”, quando a ajuda é ínfima, quando a ajuda está atrasada, quando a ajuda é muito inferior ao que o povo necessita, e o governo Marchezan não está fazendo uma política real de distribuição de recursos públicos para quem precisa. Infelizmente está fazendo discurso eleitoral, fazendo discurso de campanha, como não se tem suspeitado do discurso do governo Marchezan em relação à questão do transporte, porque, afinal de contas, não há uma pressão, e, nesse caso, eu sou favorável para que a Câmara vote a taxa urbana de recursos para que os empresários paguem mais, para que a gente possa ter o financiamento do transporte público, não das empresas, porque eu gostaria que nós tivéssemos empresas realmente controladas, não como é hoje, em que os empresários do transporte, infelizmente, estão fazendo o que bem entendem, inclusive demitindo e arrojando brutalmente os trabalhadores rodoviários. Quero deixar claro: eu tenho uma emenda que estabelece o

valor de R\$ 600,00 como valor mínimo, eu acho que essa política do governo de R\$ 100,00 é baixíssima, e nós temos condições de ter, sim, uma política que mude a lógica e que faça com que os recursos públicos, em vez de pagarem a dívida com a Caixa, a dívida com banco de fomento, como estamos numa situação de calamidade, os recursos públicos podem, sim, ser destinados para os mais pobres. Este é o sentido do debate, que infelizmente o prefeito está fazendo atrasado, está fazendo com poucos recursos, garantindo poucos recursos para as pessoas que mais precisam. De toda forma vamos votar a favor, porque mesmo sendo pouco, é melhor pouco do que nada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 006/20, pela oposição.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo o nosso Presidente, colegas vereadores e vereadoras, e quero dizer, a todo cidadão que está nos acompanhando, o quanto é importante esse projeto de lei, embora bastante atrasado. O Marchezan tem uma marca, e todo mundo, me parece, fala a mesma linguagem: para algumas coisas ele chega muito atrasado; para outras, ele apressa, como quando quer onerar o cidadão, como foi essa questão dos projetos do pacote do transporte público, tudo mais. E lá na reforma administrativa também foi rápido; agora, nós estamos há mais de dois meses de pandemia, ele poderia, assim que saiu o projeto do governo federal, ter percebido que muitos não foram contemplados por lei federal ou pelo Bolsa Família, e poderia ter criado um projeto emergencial de renda mínima para aqueles que não haviam sido incluídos. Eu falo isso porque as emendas que ora apresentamos enquanto bancada, enquanto oposição, dialogam neste sentido. Até hoje os produtores culturais, do teatro, da música e, até hoje, quem está no artesanato, nas artes plásticas, na culinária, no circo, não voltaram à atividade e não estão recebendo nada. Então não se trata só de periferia, se trata de pessoas dignas que merecem o seu sustento por meio do que produzem, mas que neste momento, por respeitarem o distanciamento social e o próprio decreto de calamidade pública – e o prefeito agora ia flexibilizar as atividades nesse sentido que eu acabo de falar, adia o processo e que é óbvio e é natural –, precisam ter um pouquinho de dignidade, ter um valor para poderem ao menos comprar a cesta básica. Por outro lado, nós apresentamos as quatro primeiras emendas nesse sentido também, buscando a transparência, têm que estar no portal da transparência essas informações, e tem que dizer também – a emenda três trabalha neste sentido – quem recebeu, para onde foi; e a quarta emenda trabalha com relação ao conselho, quem vai deliberar, quem decide tudo isso. O que nós percebemos, por exemplo, é que o PNAE, Programa Nacional de Alimentação Escolar, tem um recurso federal que vem somente para o destino da alimentação das crianças da educação infantil que até hoje não receberam. Receberam 1.400 kits, mas são 50 mil crianças, então deveriam



distribuir 50 mil *kits* mensais. Para onde está indo esse recurso? É esse famoso vale ou *ticket* de que o Mauro fala, e que virá outro projeto? Meu Deus, nós estamos muito atrasados! As pessoas estão passando fome, e quem está suprindo essa lacuna é a sociedade de uma forma geral, ONGs, entidades, que, ao perceberem que essas entidades poderiam fazer suas campanhas, se organizar, estão no seu sacrifício de colaboração, enfim, preenchendo essa lacuna que o governo deixou e poderia utilizar os recursos que existem e que não estão sendo destinados para seu fim. Então eu creio, Ver. Mauro, quando tu falas que tem muitas emendas, se observares, a maior parte das emendas dialoga a favor do projeto, dialoga com a melhoria do projeto e dialoga com a inclusão de pessoas que possivelmente o governo esqueceu, está claro e preciso isso, como o próprio Ver. Robaina falou antes, do valor: ora, R\$100,00! Se antes o governo federal queria botar R\$ 200,00 e era muito pouco, e o próprio Congresso colocou R\$ 600,00, vamos melhorar esse valor por uma questão de dignidade. O governo municipal tem um superávit, tem na conta mais de R\$ 500 milhões, é só olhar os dados que o próprio PREVIMPA soltou de ontem para hoje com relação ao projeto que ora o prefeito quer que votemos. Por favor, não dá para imaginar e dizer que não tem recurso, quando se tem a caixa cheia e tem pessoas passando fome. Primeiro a vida! Não foi diferente lá na questão quando surgiu a pandemia: ora, não distribuir EPIs, não oferecer testagem para aqueles que apresentarem sintomas! Meu Deus do céu, uma política precisa vir acompanhada para poder ali na frente flexibilizar os serviços que todo o Estado e todo o Município precisam. Então, nesse sentido, as emendas são para construir, para dizer “sim” ao projeto, “sim” àqueles que até então não receberam uma sinalização institucional, dos governos federal, estadual ou municipal, e que agora surge então por iniciativa dos estados e municípios. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Registro a presença, nesta sessão, da totalidade dos senhores e senhoras vereadores integrantes deste Legislativo.

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 006/20.

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD):** Eu agradeço, agradeço muito e cumprimento a todos. Peço desculpas; a minha conexão caiu. Eu quero, em primeiro lugar, fazer um alerta, Srs. Vereadores, ou somos todos muito ingênuos, ou somos todos muito fracos, eu não sei se estão me ouvindo... Eu vejo que há um paralelo entre o governo lá da Frente Popular – que tinha um programa que se chamava Cidade Viva, que veiculava uma propaganda maravilhosa da turma da Casa de Cinema, com Jorge Furtado, com uma linguagem visual fantástica, com semiótica, com ferramentas de comunicação muito sofisticadas, com a ideia da participação popular e do empoderamento que era, na verdade, um simulacro de democracia – com a cidade da RBS de hoje, que é uma cidade criada e sustentada por alguns comunicadores da RBS e

que foi custeada com vultosos recursos que fizeram falta para a cidade nos últimos anos, mas que patrocinaram uma das maiores campanhas publicitárias no final do ano passado, que, até em joguinho de telefone celular, esta cidade aparecia. É um traço similar entre os dois governos, uma realidade que não é a realidade da cidade, é uma coisa meio “matrix”. Todos os vereadores falaram a mesma coisa, e, portanto, a gente percebe que é um traço do governo: o atraso. O governo atrasou os projetos do Arroio Areia, perdeu R\$ 120 milhões; o governo atrasou obras da Copa e perdeu recursos da Av. Severo Dullius e tem que devolver R\$ 100 milhões; o governo perdeu recursos do centro de convenções porque não conseguiu fazê-lo; o governo levou três anos sem solução para o transporte coletivo e, em janeiro de 2020, no último ano do governo, manda para Câmara de Vereadores e joga no colo dos senhores e senhoras, vereadores e vereadoras, a responsabilidade de resolvermos a questão do transporte. Diz o Ver. Oliboni que para algumas coisas o governo é muito rápido, como na reforma administrativa. Mas o senhor se engana, vereador, a reforma foi rápida em mandar uma proposta antes de o governo começar, mas nunca, ao longo de três anos, fez as correções que tinham de ser feitas; portanto, mesmo nessa questão, foi lento. Agora estamos em junho, dia 10 de junho, senhores, a Ver.<sup>a</sup> Cláudia e outros tantos falaram aqui que graças aos movimentos da sociedade civil organizada, nós não temos uma convulsão social no Brasil. Quem sou eu, senhores vereadores, mas o Cassiá falou, lá no Pampa Debates, que nós levantamos R\$ 150 mil. Eu criei, junto com outras pessoas, o movimento Cesta Solidária, e não é com nenhum propósito eleitoral, porque nós não pegamos nome de nenhuma pessoa. Nós distribuimos para entidades, e foram 30 toneladas de alimentos. Foram quase R\$ 150 mil para poder fazer aquilo que o governo deveria ter feito desde março – será que alguém fica 15 dias sem comer? –, o que já devia ter acontecido em abril; nós devolvemos o recurso da Câmara em março. Em março, o governo tinha que ter comprado R\$ 5 milhões em alimentos e distribuído pela rede que está cadastrada na FASC. Em abril, o governo deveria ter comprado R\$ 10 milhões em alimentos. Mas aí tem uma ferramenta muito sofisticada, que é a seguinte. Bom, tem dois mundos agora que eu vou falar para vocês. O primeiro dos dois é o da manipulação psicológica: “todo mundo fica em casa, eu estou salvando vidas.” Bom, mas as obras da cidade não pararam nesse período; portanto, a vida dos operários que estão fazendo o asfaltamento é menos importante do que a dos comerciários que foram proibidos de trabalhar e agora perderam os seus empregos. A vida dos motoristas de ônibus também não era importante, porque ficaram expostos. A Orla ficou aberta, porque é a única coisa que o Executivo tem para mostrar, a única! Então, bota a cidade lá para ver. E vocês não estão se apercebendo disso, meus amigos! Há uma segunda marca, eu tenho o maior carinho pelo Mauro Pinheiro, mas tem uma marca, desde o início deste governo, que é a truculência. E agora, mais recentemente, o Mauro Pinheiro adotou essa marca também, de chegar junto, de dar encontrão, de esbarrar no cara, de fazer ameaça. O PT que o diga, o que aconteceu com os CCs que foram chamados lá e foram convidados a sair do PT para entrar no PSDB, senão estariam fora. Então, é o atraso e a truculência. E eu quero dizer isso para dizer que todos nós vamos ter que votar a favor, evidentemente. Mas entra a segunda questão psicológica da mais alta

profundidade. Primeiro, eu me coloco na posição de salvador, eu estou salvando vidas; e, segundo, quando já está todo mundo morrendo de fome, eu me apresento com uma cesta básica na mão. E aí as pessoas se sentem muito agradecidas, porque receberam aquela cesta básica, quando já não tinham sequer mais esperança. Vocês não estão se apercebendo, isso é de uma sofisticação psicológica que está acontecendo e que, mesmo eu votando a favor, tenho a obrigação – por isso que eu disse: ou nós somos muito ingênuos, ou muito bobos – de fazer esse tipo de alerta.

E tem que ter ferramentas de controle, sim, tem que ter ferramentas de fiscalização, sim, tem que saber de onde é que vem. Outra coisa, os recursos são as nossas emendas. A maior parte das minhas foi para a saúde. Eu mandei R\$ 600 mil para o Pronto Socorro. Vão? Eu mandei R\$ 20 mil para cada um dos postos de saúde de Porto Alegre, quando me pediram para eu abrir mão das emendas. Por que eu vou abrir mão? Para não mandarem dinheiro das demandas impositivas para saúde, é isso? Por último, eu quero cumprimentar a Ver.<sup>a</sup> Cláudia e comunicar aos Srs. Vereadores que ontem nós conseguimos R\$ 5 milhões para a saúde de Porto Alegre; e agradecer o governo federal, o Presidente Jair Bolsonaro e o Vice-Presidente Mourão. E eu dizer que não compreendo, porque todo mundo fica chamando o Presidente de genocida, quando, na verdade, todas as políticas são municipais e estaduais. O Presidente não tem o poder de mandar fechar o comércio; o Presidente não fez um decreto com restrição dessas questões; todas essas políticas são municipais ou são estaduais. Se o governo federal fez alguma coisa, foi fazer essa bolsa de R\$ 600, que estão dizendo que é pouco, mas já foi dada há dois, três meses, quando agora o governo do Município está falando, e os senhores estão todos dizendo “muito obrigado”, e todo mundo está dizendo humildemente que é tarde. É muito tarde, senhores. Quero agradecer e cumprimentar a Ver.<sup>a</sup> Cláudia, que está mandando R\$ 1 milhão para o Hospital da Restinga; eu estou mandando R\$ 1 milhão para o ex-Hospital Independência. Falei com o Dr. Ângelo para serem comprados respiradores e equipamentos que o governo do Município não comprou; e R\$ 3 milhões para Santa Casa. E dizer que, mesmo fazendo tudo isso, eu estou tentando, há uma semana, falar com o secretário Pablo. Para este governo, a gente só serve quando a gente está elogiando, porque, no dia em que se faz uma crítica, que é nosso dever como parlamentares fazer, nós somos tratados como inimigos, como adversários. Isso não é democracia, isso é fascismo, quem exerce isso é fascista. É isso senhores, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Ver. Valter Nagelstein. O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 006/20.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATTO (NOVO):** Boa tarde colegas, quero cumprimentar todos vocês. Estava ouvindo atentamente as manifestações dos colegas, em especial a fala do Ver. Valter, que me contempla, em boa parte, pelo senso

que compartilho de *time* dessa proposição que, muito embora seja meritória – e faço questão de destacar que prefiro muito mais que o governo municipal dê o recurso para as famílias e elas possam optar como gastar do que entregar diretamente um quilo de arroz, pois elas conseguem determinar melhor o que lhes é mais urgente –, mas que vem tardiamente também. E aí me causa um grande desconforto, muito embora votarei favorável, não suspeitar de um interesse eleitoreiro, não suspeitar de uma demora em demasia da execução dessa política pública. Desde março, quando os primeiros decretos vieram, sabíamos que teríamos um problema de desemprego, de subsistência, e que seria necessário que os governos federal, estadual e municipal tivessem uma ação proativa e rápida para contrapor os decretos restritivos colocados para o isolamento social.

Coloquei a Emenda nº 06 para permitir que seja ampliado o rol de coisas que possam ser adquiridas com esses recursos. Entendo que, simplesmente, a restrição inicial, colocada no projeto, seja insuficiente, pois não necessariamente as pessoas precisem apenas de alimentos. Às vezes achamos que dar um saco de feijão, um saco de arroz..., mas, às vezes, para uma família faz muito mais sentido adquirir um outro bem para a sua subsistência, para a organização da casa, quer seja uma telha, quer seja alguma ferramenta, do que propriamente um alimento. Estou entrando com esta Emenda nº 06, ampliando a possibilidade para que as famílias possam fazer uso desse recurso, mantendo a restrição de cigarros, bebidas alcoólicas, que aí, sim, seria algo que não viria para auxiliá-los. Então, aproveito este momento de fala para convidar os colegas a aprovarem a Emenda nº 06, para permitir maior liberdade às famílias usarem esse recurso que será disponibilizado. No mais me preocupa também que nos atenhamos a fiscalizar o uso desse recurso, como já foi apontado pelos colegas, e que ele seja efetivamente de caráter temporário como está prometido, que não se torne uma política pública permanente, afinal de contas, o que deve ser permanente é a liberdade de as pessoas poderem voltar a trabalhar, terem as suas vidas de volta normalmente, e, não, ficarem dependentes de um sistema de doação que, facilmente, poderia descambar para um sistema eleitoreiro, para um sistema clientelista, que é tudo aquilo que nós e a população de Porto Alegre, efetivamente, não quer.

Deixo meus cumprimentos e abraços a todos, meu encaminhamento de voto favorável ao projeto e à Emenda nº 06, a qual peço aos colegas que apreciem e votem favoravelmente também.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, vereador. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 006/20, como coautor da Emenda nº 27.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Boa tarde, colegas vereadores, público que nos assiste pelas mídias digitais. Eu acredito que nunca antes, nesta legislatura e na metade da legislatura passada, eu concordei tanto com a fala do

Ver. Valter Nagelstein. É impressionante! Eu faço das palavras do Ver. Valter as minhas, com exceção da parte em que ele enaltece o governo federal, que, na nossa opinião, é um governo que joga contra a saúde pública num momento em que o próprio Presidente da República, na sua figura, conclama a população a ir para as ruas, desdenha dessa crise sanitária monstruosa que assola o mundo inteiro. Então, é um governo, sim, bastante irresponsável, e nessa fala nós temos alguma divergência. Mas o que falou o Ver. Valter anteriormente é muito verdadeiro. Nós temos uma Prefeitura Municipal que, desde o início desta grave crise, a Câmara de Vereadores tenta sensibilizar, dizendo que as famílias estão passando fome, estão passando necessidade e precisam de recursos, e, dois meses depois, a Prefeitura acena com um valor simbólico para essas famílias. Por isso, nós, eu e o Ver. Roberto Robaina, protocolamos uma emenda para aumentar esses recursos, visto que, na ideia da Prefeitura, os R\$600,00 ou os demais benefícios que as famílias mais pobres desta cidade recebem não seriam complementados com essa verba do governo municipal. Justamente aqueles que recorrem a esses recursos são as pessoas mais necessitadas, mais carentes, e, pela ótica da Prefeitura, não precisariam receber os R\$ 150,00 que o prefeito acena para a população – população que, convenhamos, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, está precisando. É um momento de crise, com muitas pessoas desempregadas, muitas pessoas passando fome. Dos recursos que a Câmara de Vereadores destinou à Prefeitura, pedindo, solicitando, deixando bem claro que era para auxiliar principalmente na aquisição de cestas básicas para combater o mal da fome que aflige várias dessas famílias, não se fez prestação de contas, não se diz onde esses recursos serão utilizados.

Nesse sentido, protocolamos outra emenda para dar transparência justamente ao ato da concessão desse auxílio. Sem transparência nós não temos nada, o nosso poder de fiscalizar os atos do Executivo se enfraquece demais. Por isso, aos vereadores de todas as bancadas, pedimos a sensibilidade, nós precisamos que a Prefeitura preste contas. É nosso dever fiscalizar e não podemos abrir mão disso. Portanto, deixo o meu encaminhamento de votação favorável ao projeto, porque é necessário, mas fiquemos todos com os olhos bem abertos. Já é tarde. Diz o ditado: “Antes tarde do que nunca”, mas esse projeto deveria ter sido encaminhado no início da crise. Então, o governo peca por lerdeza, por lentidão, e isso está prejudicando a integridade da saúde, principalmente no quesito de falta de alimentação para os habitantes de Porto Alegre. Um grande abraço a todos, e sigamos com as nossas discussões e debates. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Vereador Prof. Alex Fraga. O Ver. Alvoní Medina está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 006/20, como coautor das Emendas nos 16 e 18.

**VEREADOR ALVONI MEDINA (REP):** Boa tarde nobres vereadores; boa tarde Presidente Pujol, vou falar sobre a Emenda nº 16. Vamos votar favoravelmente ao projeto, e esta emenda inclui o parágrafo único no art. 4º, visando dar mais segurança na aplicação dos recursos, ou seja, para que os recursos possam ser destinados a outras finalidades deverá haver justificativa apresentada pelo gestor, que será examinada pela Procuradoria do Município, devendo ser aprovada pelo comitê gestor. Esta é a nossa emenda, eu peço aos nossos nobres vereadores que nos ajudem a aprovar esta emenda.

Entendemos que este projeto é muito importante, ele vem para auxiliar diversas famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema dificuldade durante a pandemia. A Emenda nº 18, da bancada do Republicanos, visa incluir o inciso VI no §3º do art. 9º do projeto, um acréscimo no valor de R\$ 50,00 para cada pessoa com doença grave, nos termos da lei que dispõe sobre o imposto de renda, da Portaria nº 2.998, de 2001, dos Ministérios da Previdência, da Assistência Social e da Saúde. Então eu peço aos nossos vereadores que deem uma atenção carinhosa a essas duas emendas nossas. Obrigado, um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Ver. Alvoni Medina.

**VEREADOR RICARDO GOMES (DEM):** Dr. Luiz Afonso, só para indagar se, nas emendas que foram destacadas, a discussão vai se dar à parte, é isso mesmo?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Sim, à parte; é uma regra regimental. Sr. Presidente, não temos mais inscritos.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Consulto a Diretoria Legislativa se a ordem fica alterada em função da existência de algumas matérias que foram destacadas?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Sim, Presidente, na verdade nós temos destacadas as Emendas nos 20, 23 e 28, e, por arrastamento, a Subemenda nº 01 à Emenda nº 28, todas do Ver. Ricardo Gomes.

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD):** Por favor, eu gostaria de pedir que as emendas fossem lidas, porque eu estou tendo alguma dificuldade aqui neste acesso remoto. Eu sei que elas foram distribuídas, mas eu acho que o que abunda não prejudica, já diz um brocardo jurídico. Então, se possível, que as emendas fossem lidas antes da votação.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Ouço a sua solicitação, vereador, acredito que elas serão lidas à medida que forem sendo votadas. Eu deleguei poderes para o nosso diretor legislativo para fazer o processo de encaminhamento. Encerrado o encaminhamento em si, agora vamos ao processo. Como V. Exa. entende, Dr. Luiz Afonso, sobre o encaminhamento do processo, vamos votar as emendas uma a uma ou em conjunto? Como todas as emendas são de parecer favorável, não dá para votarmos todas juntas?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Sim, Presidente, mas aí teria que haver acordo das lideranças, dos autores, e o requerimento teria que ser aprovado pelo plenário. Para fazer a votação em bloco, o Regimento determina que tenha que haver a anuência dos líderes, conseqüentemente também dos autores, e o requerimento de votação em bloco teria que ser aprovado pelo plenário antes da votação dos blocos.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Como não há nenhuma solicitação de votação em bloco, a votação vai ser normal, votam-se as emendas. As destacadas são votadas antes ou depois da votação geral?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** São votadas antes, Presidente.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** São votadas antes. Então vamos começar pela votação das emendas destacadas.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** A primeira destacada é a Emenda nº 20. (Procede à leitura da Emenda nº 20.)

**VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB):** Eu tinha uma questão de ordem, anterior – é uma questão de ordem somada a um esclarecimento, porque eu entendo que é uma questão de ordem, mas eu também não tenho certeza. Eu não me recordo que a resolução permitisse destaques com encaminhamentos dessas emendas destacadas. É novidade para mim nesse sistema. Não que seja problema, mas só para que não venhamos a cometer nenhum equívoco, o senhor poderia nos esclarecer e efetivamente verificar onde está previsto isso, porque eu não tinha isso como constante desse sistema de deliberação remota. Agradeço.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Perfeito, vereador. Presidente, pediria para suspender a sessão por alguns minutos, apenas para repassarmos essa questão.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Dr. Luiz Afonso, vamos suspender por cinco minutos para que V. Exa. fique com plenas condições de tocar avante esse assunto com a ordem da votação normal.

Primeiro suspenderemos, depois o senhor dá a orientação e faremos os esclarecimentos que forem necessários.

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspensem-se os trabalhos às 16h37min.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 16h42min:** Estão reabertos os trabalhos.

Solicito ao nosso diretor legislativo que retome as atividades e anuncie as respostas às solicitações que foram feitas anteriormente, esclarecendo qual será, efetivamente, a ordem das votações das emendas. Dr. Luiz Afonso, solicito que assuma o comando dos trabalhos.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Inicialmente, renovo o pedido de escusas pela orientação equivocada. O Ver. Ricardo Gomes, tendo conhecimento de que não caberiam destaques, formulou uma questão. Ele gostaria de encaminhar as três emendas juntas, e, para isso, nós precisaríamos apenas ter anuência de reabertura dos encaminhamentos. Eu creio que, nessa condição, dado o equívoco, seria plenamente justificável.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em condições normais, ele teria encaminhado essa matéria; não o fez exatamente porque estava confiante da informação de que o faria oportunamente quando fossem votadas as emendas propriamente ditas.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Exatamente.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Então nós não cometemos nenhum ato equivocado ao conceder a oportunidade de que ele utilize os mesmos três minutos e trinta segundos que os demais colegas tiveram no encaminhamento. Essa é a decisão da Mesa, e eu peço a V. Exa. que, como coordenador dos trabalhos, encaminhe a sua realização.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Perfeito, Presidente. O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 006/20.

**VEREADOR RICARDO GOMES (DEM):** Obrigado, Presidente e Dr. Luiz Afonso pela compreensão. Eu tenho três emendas, iria discuti-las individualmente,



mas vou discutir apenas duas, porque creio que são as mais fundamentais neste projeto. Primeiro, Ver. Valter Nagelstein, dizer que me somo ao que disse V. Exa. em gênero, número e grau, de cabo a rabo.

Segundo, uma dessas emendas cria um incentivo para que haja doações para o fundo. O fundo estabelece que uma das suas receitas advém de doações do setor privado, mas não estabelece nenhum mecanismo de incentivo para isso. O que nós estamos fazendo é, a exemplo da Lei de Incentivo à Cultura, da Lei de Incentivo à Segurança, que existe no âmbito do governo do Estado, criar um incentivo para que haja doações para que se permita pagar esse auxílio à camada mais pobre da população. Esse benefício resultaria em descontar dos tributos 80% do valor doado. Então, se alguém doar R\$ 100,00, poderá descontar R\$ 80,00 do seu próximo ISS ou do seu próximo IPTU ao fim da pandemia – claro que é limitado ao primeiro pagamento, então, se alguém doa um valor maior que o seu primeiro ISS, vai poder descontar menos. Essa é uma das emendas. A segunda conversa muito com o momento extraordinário que estamos vivendo. O auxílio federal foi dado em ano em que não há eleição para governo federal. Aqui, nós estamos diante de um auxílio dado pela Prefeitura no ano em que há uma eleição para prefeito e que a máquina pública vai trabalhar para entregar esses benefícios diretamente. Ora, o que diz a Lei Eleitoral? E quero aqui fazer um alerta: entendo que, se o governo tivesse bom juízo, faria um encaminhamento favorável a essa emenda, porque, inclusive, protege o próprio governo. Art. 73, § 10 da Lei Eleitoral (Lê.): “No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa”. O que é isso? É uma excepcionalidade absurda, é uma excepcionalidade de calamidade pública. Então, no interesse comum, é para evitar o uso político de um auxílio que será pago pelo povo de Porto Alegre, e não pelo prefeito municipal. Nós, vereadores, falamos em nome do povo de Porto Alegre para estabelecer um auxílio; portanto, é um auxílio dado pelo povo. A nossa emenda, a Emenda nº 28, diz o seguinte (Lê.): Todos os registros, documentos e atos administrativos relativos à gestão do FUNCOVID-19 [e do benefício que está sendo criado] serão disponibilizados ao Ministério Público do RS, ao Ministério Público de Contas e ao Ministério Público Eleitoral, a fim de viabilizar a fiscalização prevista [em lei federal]”. O segundo aspecto da Emenda nº 28 (Lê.): “É vedado o atendimento ao público, a entrega física do cartão do benefício, bem como qualquer ato que concretize a concessão do auxílio emergencial [...] por qualquer exercente de Cargo em Comissão da Prefeitura Municipal” e, de acordo com a Subemenda nº 01, “por agentes políticos eleitos”. Se não, o que nós teremos será o uso político desse benefício, que não é dado pela administração municipal, é dado pelo povo de Porto Alegre, às suas expensas. Portanto, para evitar o uso político desse benefício, a nossa emenda diz que o exercente de CC não pode entregar o cartão sorrindo, tirando foto – muito menos os que haverão de concorrer!

A primeira emenda, portanto, é para gerar um benefício para os que fizerem doações, para que realmente esse benefício chegue às mãos dos mais pobres; a segunda emenda é para evitar o uso político desse benefício. Eu agradeço, Sr. Presidente, obrigado pelo tempo. O nosso encaminhamento, obviamente, é pelas duas emendas.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Eu agradeço a colaboração do colega, diretor Luiz Afonso, como será a orientação de votação? Dr. Luiz Afonso, como se dará agora a votação, será emenda por emenda, cada uma vai ser anunciada, como requer – parece-me que com toda a razão – o Ver. Valter? Daremos início e continuaremos até onde for possível até a conclusão dos trabalhos no dia de hoje, que, inexoravelmente, não poderá passar das 18h15min, totalizando quatro horas de duração da nossa reunião.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Perfeito, Presidente. Com a reabertura das inscrições, temos mais alguns pedidos de encaminhamento. Temos uma solicitação do Ver. Ramiro Rosário, e eu vi que o Ver. Cassiá Carpes fez algum questionamento. Primeiro, Presidente, vamos ouvir o Ver. Cassiá Carpes, se é inscrição ou não.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** É só uma explicação. Como o Ricardo falou das emendas deles, eu gostaria de debatê-las, mas ele não disse os números das emendas, então ficou confuso. Mas vamos começar, a partir de agora, já que cada um de nós terá encaminhamento, emenda por emenda, já que as deles são mais à frente...

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Poderia haver encaminhamento emenda por emenda caso houvesse a possibilidade de destaques. Foi justamente o equívoco que cometi, então retrocedemos. O Ver. Ricardo Gomes, como não havia encaminhado no tempo devido porque estava crente que poderia fazê-lo em razão dos destaques, obviamente, ao não poder mais destaque, entendemos justo reparar e dar a ele a possibilidade de encaminhamento como qualquer outro vereador teve. Só isso. As emendas, agora, nós votaremos sequencialmente, sem a possibilidade de intervenções.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Não haverá debates sobre as emendas?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Não, não vai ter mais; agora, são votações sequenciais. Os encaminhamentos das emendas são os feitos no período de encaminhamentos, inclusive, agora, neste momento, está reaberto o período para encaminhamentos. Tenho agora inscrição do Ver. Ramiro e depois do Ver.

Cassia Carpes. Mas vejo aqui que o Ver. Cassia Carpes já havia feito encaminhamento pelo PP.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Mas foi em outro período, não das emendas.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** É que não tem dois períodos.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** É que fica difícil às cegas, "sim" ou "não", sem se manifestar.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** É que a oportunidade de se manifestar, de acordo com o SDR, tem que ser anterior às emendas.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** É que, geralmente, no presencial, nós analisávamos emenda por emenda.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Sim, na verdade, no presencial nós temos a discussão geral, onde todos os vereadores podem falar, e depois, na hora da votação, pode falar uma por uma das emendas destacadas. Nesse sistema não cabe destaque, é exatamente isso. Está bem? Então, temos a inscrição do Ver. Ramiro Rosário.

O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra encaminhar a votação do PLCE nº 006/20.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB):** Boa tarde a todos. O colega Ricardo Gomes colocou aqui no *chat* que encaminhou e falou, especificamente, das Emendas nos 20 e 28; mas a Emenda nº 23 está em votação também, correto?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Perfeitamente, elas estão todas em votação, só não serão votadas, obviamente, aquelas que foram retiradas.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB):** Embora o colega, aqui, tenha colocado que fez o encaminhamento referente às Emendas nos 20 e 28. A Emenda nº 23, do colega Ver. Ricardo Gomes, tem aqui um ponto que eu peço o alerta dos demais colegas. Na verdade, pega um texto da legislação federal, e diz respeito à ampliação do benefício, assegurado por este projeto do Executivo, incluindo também os beneficiários do Bolsa-Família. E aqui, numa análise preliminar de alguns dados que nós buscamos, justamente, para identificar o impacto que isso poderia acontecer, para o bom desempenho do projeto, nós teríamos mais de 70 mil pessoas incluídas que já recebem os benefícios do governo federal, no caso aqui, o Bolsa-Família. Como este

projeto, encaminhado pelo Executivo, e pelas análises aqui feitas pelos colegas vereadores, é um projeto correto, é um projeto que vem, sim, socorrer aquelas pessoas que estão à margem dos demais benefícios sociais e governamentais, justamente para que possa chegar esse recurso na mão das pessoas que mais precisam, e caso esta emenda venha a ser aprovada ela pode inviabilizar, inclusive, que essas pessoas que estão à margem dos atuais benefícios governamentais possam vir a receber este valor, pois elevaria em mais de quatro vezes. Se nós tivermos, pela justificativa do projeto, cerca de 23 mil famílias que poderiam estar caracterizadas dentro do que o projeto propõe, haveria, na verdade, uma monta muito maior para que se pudesse atender ao que consta nessa emenda. Então eu peço aqui a reanálise, inclusive, do próprio colega Ver. Ricardo Gomes, se esta realmente foi a intenção dessa emenda, e atentar para o risco de ela inviabilizar que este recurso chegue, inclusive, nas mãos daqueles que mais precisam. Era esta a minha contribuição.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Ver. Ramiro Rosário. Sr. Presidente, não temos registro de mais pedidos de encaminhamento.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Passamos à votação.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** A votação então passará a ser feita da Emenda nº 01 à Emenda nº 28, obviamente com as ressalvas das emendas que foram retiradas. Começaremos pela Emenda nº 01. Nós temos, perfeitamente, condições de fazer a leitura de cada uma.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Solicito ao nosso diretor legislativo que proceda à leitura da Emenda nº 01, que, como as demais, tem parecer favorável pela tramitação na Comissão de Constituição e Justiça, e após passaremos à votação.

(Procede-se à leitura da Emenda nº 01 ao PLCE nº 006/20.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em votação nominal a Emenda nº 01 ao PLCE nº 006/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 13 votos **SIM** e 23 votos **NÃO**.

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD):** Só à guisa de informação, porque, às vezes, o cidadão está nos acompanhando. Existe um recurso federal hoje disponível para artistas, de até R\$ 1.200,00; duas pessoas da mesma família podem pegar, ou a mulher, chefe de família, pode ter dois auxílios de R\$ 600,00 cada

um. Diante disso, porque esse programa é complementar e serve para aqueles que não são atendidos pelos programas do governo federal, eu votei “não” na emenda.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação nominal a Emenda nº 02 ao PLCE nº 006/20. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à leitura da Emenda nº 02.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 16 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Apesar de ser uma emenda exatamente igual a um projeto que não passou na CCJ, porque o objeto era o mesmo de outro projeto já aprovado, eu votei “sim”, porque eu sou a favor da transparência sempre.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** É mais um instrumento que agrega controles internos na transparência. Eu votei “sim”.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Pela transparência de informações, eu votei “sim”.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Declaro rejeitada a Emenda nº 02 ao PLCE nº 006/20.

Em votação nominal a Emenda nº 03 ao PLCE nº 006/20. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Só fazemos um registro antes de que havia uma Subemenda nº 01 à Emenda nº 02, de autoria dos vereadores José Freitas e Alvoni Medina, que foi retirada.

(Procede à leitura da Emenda nº 03 ao PLCE nº 006/20.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 14 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Declaro rejeitada a Emenda nº 03 ao PLCE nº 006/20.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em votação nominal a Emenda nº 04 ao PLCE nº 006/20. (Pausa.) (Procede à leitura da emenda.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM** e 24 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Declaro rejeitada a Emenda nº 04 ao PLCE nº 006/20. Passamos à Emenda nº 05.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Na verdade, Presidente, como a Emenda nº 05 é de autoria de V. Exa., sugiro que os trabalhos sejam repassados ao vice-presidente, Ver. Paulo Brum, para que possamos proceder à votação da emenda.

Antes, porém, eu consultaria V. Exa., com anuência dos demais vereadores e vereadoras, se nós podemos fazer uma pequena pausa para um ajuste numa questão técnica, também rápida. Podemos suspender por dois minutos?

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Dois minutos concedidos. Ao retornarmos, o Ver. Paulo Brum assume temporariamente a presidência dos trabalhos para que seja votada a Emenda nº 05, que é de minha autoria.

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h37min.)

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB) – às 17h41min:** Estão reabertos os trabalhos.

Em votação nominal a Emenda nº 05 ao PLCE nº 006/20. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à leitura da Emenda nº 05 ao PLCE nº 006/20.) (Após a chamada nominal.) 34 votos **SIM** e 02 **ABSTENÇÕES**.

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): APROVADA** por 34 votos **SIM** e 02 **ABSTENÇÕES**. Parabéns, Ver. Pujol.

(O Ver. Reginaldo Pujol reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Obrigado a todos. Solicito que o diretor legislativo da Casa, Sr. Luiz Afonso, retome o comando dos trabalhos.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em votação nominal a Emenda nº 06 ao PLCE nº 006/20. (Pausa.) (Procede à leitura da Emenda nº 06 ao PLCE nº 006/20.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 24 votos **SIM** e 12 votos **NÃO**.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Eu votei “sim” à Emenda nº 06, e apenas para deixar claro para todos que teve uma atualização desta emenda, que prevê justamente a vedação de compra de bebidas alcoólicas e cigarros e permite um maior rol de outros materiais que podem ser adquiridos, não só alimentos, na verdade ele está aumentando as possibilidades de uso do dinheiro e restringindo bebidas e cigarros.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Prefeito. Vereador, a correção vai ser considerada na redação final.

**VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT):** A ideia é boa, mas se serão 20 mil famílias beneficiadas, quantos mil fiscais a Prefeitura vai precisar para ir no bar ou no mercado dizer: “Olha, o senhor pode comprar isso”. Votei “não”.

**VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP):** Votei “sim”, porque um dos grandes problemas das pessoas carentes é comprar gás e passagens.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Votei “sim”, as pessoas têm que ter liberdade para suprir as suas prioridades.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Vou aproveitar para esclarecer que o projeto original já veda cigarros e bebidas. O Ver. Felipe Camozzato está ampliando para outros itens, só que não tem como prever todos os itens essenciais, então o espírito da lei já está contemplado. Se pegarmos passagens ou outros itens, quais são os outros itens essenciais? É impossível listar todos os itens essenciais. O espírito da lei, obviamente, é dizer que não pode cigarro e bebida, mas os demais podem. Então eu não entraria nessa discussão de quais são os essenciais. Então eu votei “não”, porque não vai ajudar, vai prejudicar, vai parecer que só os itens que o Ver. Felipe Camozzato está colocando, porque parece que está restringindo, dá liberdade para outros itens, mas, na verdade, restringe mais alguns. É isso.

**VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM):** O Ver. Felipe Camozzato não limita, quem limita é o projeto. Eu votei “sim”, as pessoas têm o direito de comprar os remédios.

**VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PTB):** Até por amizade ao Ver. Felipe Camozzato, eu vou rejeitar a emenda dele, porque eu não quero que em ano eleitoral ele fique se explicando ao público liberal dele que ele montou uma emenda tão invasiva na vida privada dessas pessoas, decidindo o que elas podem e o que elas não podem comprar; sou pela liberdade, votei “não”.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB):** A bem da verdade aqui, eu acho que está havendo uma confusão. O projeto, no seu art. 10, deixa bem claro que está vedada a compra de bebidas alcoólicas, cigarros e afins, e elenca uma série de itens que podem ser adquiridos. Na verdade, a emenda do colega Ver. Felipe Camozzato retira algumas limitações do que pode ser comprado, mas isso pode ser feito depois, através de uma regulamentação por decreto, se for o caso, dentro do que se evoluir no combate à pandemia e a necessidade das pessoas. O projeto já está a contento e é por isso que votei “não”.

**VEREADOR RICARDO GOMES (DEM):** A emenda do Ver. Felipe Camozzatto retira limitações que o projeto tem; o art. 10 é mais restritivo do que a emenda. Votei “sim”, pela liberdade.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** O valor é tão baixo que não dá para o pessoal escolher; o pessoal vai escolher o básico necessário porque é muito pouco, nem para o básico necessário dá. Votei “sim”.

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD):** Depois que o Ver. Roberto Robaina votou junto com o Ver. Felipe Camozzatto, eu não teria a ousadia de votar contra ambos. Votei “sim”.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Eu creio que não se trata aqui de uma cesta básica, mas de um valor que o cidadão vai ser contemplado e precisa haver fiscalização; por outro lado, não é uma questão de mérito ou não, eu vou votar “sim”, até porque, bebida e cigarro, num momento como esse? Nós precisamos tratar de alimentação.

**VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT):** Mesmo sabendo da dificuldade em fiscalizar, troquei de “não” para “sim”.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** A Emenda nº 07 foi retirada.

Em votação nominal a Emenda nº 08 ao PLCE nº 006/20. (Pausa.) (Procede a leitura da Emenda nº 08 ao PLCE nº 006/20.) (Após a chamada nominal.) Onze votos **SIM** e 23 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): REJEITADA** por 11 votos **SIM** e 23 votos **NÃO**.

**VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM):** Bom, a Câmara aprovou um fundo importante no seu plenário, e esta emenda termina com o fundo que nós aprovamos, por isso votei “não”.

**VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PL):** Eu quero reparar uma injustiça que eu fiz com o Ver. Camozzatto, porque o efeito prático da Emenda nº 06 era ampliar liberdades, apesar que eu tenho objeção de achar imprópria a emenda dele limitar, mas como o decreto já limita o álcool e o fumo, então o efeito prático da emenda dele é a ampliação da liberdade, por isso que eu mudei meu voto; e, na Emenda nº 08, eu votei contra. Muito obrigado, por isso meu voto foi “não”.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Na votação das emendas, a prática se revela. Esta emenda prevê a ampliação dos recursos para transferência de



renda, votar contra esta emenda é ser contrário a uma maior transferência de renda, por isso que eu votei “sim”, para que nós tenhamos maiores recursos para entregar para quem precisa.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Como eu havia anunciado, são 18h20min, está sendo esgotado o período de quatro horas de duração da sessão – ela não se estenderia além disso.

**VEREADOR MAURO ZACHER (PDT):** Presidente, com todo o respeito que tenho por V. Exa., o senhor sabe disso, dos anos que já nos conhecemos, também reconheço aqui o trabalho da nossa Mesa Diretora, mas eu preciso relatar que este vereador ficou muito desconfortável pela tentativa de uma votação, embora tenha sido muito bem-intencionada por V. Exa. em querer fazer a Casa andar, de diversos projetos que nós temos acumulados, em estoque na Casa, necessários urgentes, importantes. Este vereador aqui se sentiu muito desconfortável, inclusive manifestei isso na sessão, de que mesmo alterando a resolução, somado a isso, Presidente, o que mais me preocupou eram os anúncios que o governo municipal vinha fazendo em relação a uma série de projetos importantes, que impactam a vida de pessoas, que mexem com a vida da cidade. Nesse desconforto, este vereador foi à justiça, conquistou uma liminar, o que impede que nós venhamos a votar projetos que não dizem respeito à Covid-19 em sessão remota. Eu sei que esse não é um gesto que a gente goste de ver na Casa, eu também não comemoro uma liminar contra o Parlamento, mas, em defesa e pela manifestação de uma série de servidores que estão discutindo, pessoas que estão impactadas com o projeto, eu queria dividir e que a gente possa...

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** No sentido de dar uma informação que nós colhemos, vereador, está feito o registro. Eu repito que estamos cumprindo um compromisso que tínhamos feito anteriormente. Informamos que o requerimento de autoria do Ver. Adeli e de outros vereadores, que não fizeram solicitação, provavelmente, na sexta-feira, teremos condições de conversar sobre eles. Eu agradeço a presença de todos. Continuaremos, na próxima segunda-feira, com a votação que aqui vem sendo realizada. Quando surgirem os assuntos citados da decisão que não foi tomada, haveremos de agir como sempre agimos, respeitando ou protestando ou tentando modificar a decisão que aqui foi informada. E não acredito que interrompam em absolutamente em nada a votação que até agora se realizou. Obrigado a todos, um bom fim de tarde, um bom fim de semana, até a próxima segunda-feira.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h23min.)

\* \* \* \* \*